COMUNICADO
Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Hospital Regional de Jundiaí - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade Hospital Regional de Jundiaí

CNPJ nº 09.538.688/0009-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "CARVE-OUT"

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R$)

Ativo	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e Bancos	–	29.177	38.279
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	8.459.252	6.000.560
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	5	5.031	–
Estoques	6	1.534.831	1.267.625
Créditos diversos	–	489.567	247.824
Total do ativo circulante		**10.517.858**	**7.554.288**
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	–	35.717	67.793
Direito de Uso	7	276.358	429.796
Imobilizado	8	2.896.901	3.607.639
Total do ativo não circulante		**3.208.976**	**4.105.228**
Total do ativo		**13.726.834**	**11.659.516**

Passivo	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores	9	4.764.020	3.220.184
Arrendamento a pagar	10	123.852	132.245
Obrigações trabalhistas	11	2.669.062	2.212.412
Obrigações tributárias de terceiros	12	290.384	183.306
Outras contas a pagar - partes relacionadas	–	–	7.260
Outras contas a pagar	–	11.610	114.078
Total do passivo circulante		**7.858.928**	**5.869.485**
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	381.354	401.073
Arrendamento a pagar	10	161.333	297.551
Subvenções de investimentos a realizar	–	347.785	–
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	–	79	–
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	14	2.051.392	2.785.377
Total do passivo não circulante		**2.941.943**	**3.484.001**
Patrimônio líquido	15		
Superávit acumulados	–	2.306.030	715.362
Superávit do exercício	–	619.933	1.590.668
Total do patrimônio líquido		2.925.963	2.306.030
Total do passivo e do patrimônio líquido		**13.726.834**	**11.659.516**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em Reais - R$)*

	Superávit (Déficit) acumulado	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(2.174.917)**	**2.890.279**	**715.362**
Incorporação do superavit do ano anterior ao (déficit) acumulado	2.890.279	(2.890.279)	–
Superávit do exercício	–	1.590.668	1.590.668
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**715.362**	**1.590.668**	**2.306.030**
Incorporação do superavit do ano anterior ao (déficit) acumulado	1.590.668	(1.590.668)	–
Superávit do exercício	–	619.933	619.933
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.306.030**	**619.933**	**2.925.963**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em Reais - R$)*

Receitas operacionais	Notas	2022	2021
Recursos dos contratos de gestão - estadual	16	68.540.666	59.281.089
Receitas com doações	17	876.701	630.711
Outras receitas	–	16.800	143.162
		69.434.167	**60.054.962**
Receitas (despesas) operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	18	(60.395.340)	(49.487.442)
Utilidade pública	19	(1.811.299)	(1.660.935)
Serviços profissionais	20	(4.957.757)	(4.505.018)
Contingências	13	(83.614)	(18.597)
Depreciações e amortizações	8	(1.256.942)	(1.071.578)
Outras despesas/receitas operacionais	21	(1.567.738)	(2.049.505)
		(70.072.690)	**(58.793.075)**
Superávit operacional antes do resultado financeiro		**(638.523)**	**1.261.887**
Despesas financeiras	22	(82.570)	(38.190)
Receitas financeiras	22	1.341.026	366.971
Receitas financeiras, líquidas Resultado financeiro, líquido	**22**	**1.258.456**	**328.781**
Superávit do exercício		**619.933**	**1.590.668**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em Reais - R$)*

	2022	2021
Superávit do exercício	619.933	1.590.668
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	619.933	1.590.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Das operações sociais:		
Déficit (superávit) do exercício	619.933	1.590.668
Ajustes por:		
Provisão para contingências	83.614	18.597
Depreciações imobilizado e amortizações direito de uso	1.256.942	1.071.578
Receita de Aplicação Financeira	(1.153.505)	(364.135)
Juros de Arrendamento	(12.367)	–
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Estoques	(267.206)	(219.481)
Créditos diversos	(241.743)	22.556
Depósitos judiciais	32.076	32.786
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	1.543.836	27.679
Obrigações trabalhistas	456.650	(873.867)
Obrigações tributárias	107.078	(44.761)
Contingências pagas	(103.333)	(195.000)
Outras contas a pagar	(109.728)	(70.575)
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	–	(854.132)
Subvenções de Investimentos à Realizar	347.785	–
Outras contas a pagar - partes relacionadas	79	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**2.560.111**	**283.063**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Direito de Uso	–	(528.980)
Recursos financeiros vinculados à projetos	(1.310.218)	50.942
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	(733.985)	24.783
Adições no imobilizado	(392.766)	(125.966)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	**(2.436.969)**	**(579.221)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	(119.397)	(99.184)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(12.847)	429.796
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(132.244)**	**330.612**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(9.102)**	**34.454**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.279	3.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.177	38.279
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(9.102)**	**34.454**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras "cave-out"
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º). Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Hospital Regional de Jundiaí ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0009-90, localizada na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiaí. Em 11 de junho de 2014 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.025/2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos. Renovado por mais 5 anos conforme contrato de Gestão nº 30889/2019 a partir da data de 01 de junho de 2019. **1.3 Desempenho da Entidade em 2022:** A unidade Hospital Regional de Jundiaí, incorreu com superavit de R$ 619.933 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O valor do patrimônio líquido de 2022 ficou em R$ 2.925.963. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 2.658.930. O superavit apresentado ao final de 2022, ficou abaixo do inicialmente previsto em função de impactos sofridos com a volta de atendimentos COVID (sobretudo no início do ano) e o consequente suporte ao Hospital São Vicente de Paulo. No decorrer do ano (mais especificamente entre o 2º e 3º trimestre), tivemos duas repactuações no contrato, com ajuste nas metas e repasse financeiro, visando atendimento aos pacientes não COVID, incluindo também o Corujão da Saúde e Mutirões, fatores que contribuíram para a geração de superavit. Para o ano de 2023 a administração mantem a perspectiva de superávit, com a otimização do controle de despesas e com o reflexo da repactuação de metas, destacando o aumento da oferta de cateterismos e angioplastias. Essas ações deverão garantir a manutenção do superávit, da sustentabilidade e do patrimônio líquido positivo.Desde novembro de 2020 o HRJ é detentor do certificado de excelência pela Organização Nacional de Acreditação (ONA III), que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada. Isso demonstrando que a unidade apresenta uma cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade institucional. **1.4 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do artigo 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Regional de Jundiaí ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 30 de março de 2023. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e • Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. • O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 23 - Instrumentos financeiros **d. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais práticas contábeis: a. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, está sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2022 e 2021 não foram identificados itens elegíveis à provisão. **c. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma preten dida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs (IRFS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: • **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. • **Subvenção para investimentos** - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos entes públicos geralmente no início do mês seguinte à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **l. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(i) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Nos exercícios de 2022 e 2021 o Instituto não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo

continua →★

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras "carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade Hospital Regional de Jundiaí

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(ii) Desreconhecimento:* O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *(iii) Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. As seguintes normas alteradas e interpretações não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. Adicionalmente existem normas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras "carve out" da Entidade, que não deverão ter impacto significativo para a Entidade listados abaixo: • CPC 50 - Contratos de Seguro; • CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

4. Recursos financeiros vinculados a projetos:	**2022**	**2021**
Aplicações financeiras	8.459.252	6.000.560

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós-fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 106% a 94% do CDI (em 2021 a remuneração ficou em 82% a 94% do CDI). **5. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios:**

	2022	**2021**
Hospital Regional de Jundiaí	5.031	–

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	**Recursos a Receber 31/12/2021**	**Recursos de Custeio**	**Recursos de Investimentos**	**Recursos Recebidos - Investimento**	**Recursos Recebidos - Custeio**	**Recursos a Receber 31/12/2022**
Hospital Regional de Jundiaí (a)	–	67.584.468	–	–	(67.579.437)	5.031

Unidades	**Recursos a Receber 31/12/2020**	**Recursos de Custeio**	**Recursos de Investimentos**	**Recursos Recebidos - Investimento**	**Recursos Recebidos - Custeio**	**Recursos a Receber 31/12/2022**
Hospital Regional de Jundiaí	–	58.327.777	–	–	(58.327.777)	–

(a) Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio" é composto do termo de aditamentamento ao contrato de gestão T.A. nº 01/2022 no montante R$ 63.603.360; T.A. nº 02/2022 "Projeto Corujão de Cirurgias Eletivas" no montante de R$ 349.440 e T.A. nº 03/2022 "Custeio com readequação de metas assistenciais em Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgicas" no montante de R$ 3.631.668.

6. Estoques:	**2022**	**2021**
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	900.888	844.688
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	633.943	422.937
	1.534.831	**1.267.625**

7. Direito de uso:	**2022**	**2021**
Equipamentos de informática (servidores)	**276.358**	**429.796**
Saldo inicial	**429.796**	**–**
Adições	–	528.980
Depreciação	(153.438)	(99.184)
Saldo Final	**276.358**	**429.796**

8. Imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação	**Custos**	**Depreciação acumulada**	**2022**	**2021**
Móveis e utensílios	10%	1.334.041	(1.052.387)	281.654	416.891
Máquinas e equipamentos médicos	10%	8.950.530	(6.481.279)	2.469.251	3.022.700
Máquinas e equipamentos	10%	294.446	(148.450)	145.996	168.046
Total		**10.579.017**	**(7.682.116)**	**2.896.901**	**3.607.637**

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	**Saldo em 31/12/2021**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2022**
Móveis e utensílios	1.334.041	–	–	1.334.041
Máquinas e equipamentos médicos	8.691.366	259.164	–	8.950.530
Máquinas e equipamentos	289.066	5.380	–	294.446
Total custo	**10.314.471**	**264.544**	**–**	**10.579.017**
Depreciação				
Móveis e utensílios	(917.149)	(135.238)	–	(1.052.387)
Máquinas e equipamentos médicos	(5.668.666)	(812.613)	–	(6.481.279)
Máquinas e equipamentos	(121.020)	(27.430)	–	(148.450)
Total depreciação	**(6.706.835)**	**(975.281)**	**–**	**(7.682.116)**
Saldo líquido	**3.607.636**	**(710.737)**	**–**	**2.896.901**

Custo	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2021**
Móveis e utensílios	1.334.041	–	–	1.334.041
Máquinas e equipamentos médicos	8.677.971	13.395	–	8.691.366
Máquinas e equipamentos	275.677	13.389	–	289.066
Total custo	**10.287.689**	**26.784**	**–**	**10.314.473**
Depreciação				
Móveis e utensílios	(783.067)	(134.082)	–	(917.149)
Máquinas e equipamentos médicos	(4.857.735)	(810.932)	–	(5.668.666)
Máquinas e equipamentos	(93.637)	(27.383)	–	(121.020)
Total depreciação	**(5.734.439)**	**(972.397)**	**–**	**(6.706.835)**
Saldo líquido	**4.553.248**	**(945.613)**	**–**	**3.607.636**

Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento ao CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 14). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:

	2022	**2021**
Imobilizado com restrição	2.051.392	2.785.377
Imobilizado sem restrição	845.509	822.262
Total imobilizado	**2.896.901**	**3.607.639**

9. Fornecedores:	**2022**	**2021**
Fornecedores nacionais	**4.764.020**	**3.220.184**

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2022	**2021**
Vencidos	–	5.253
A vencer até 30 dias	4.764.020	3.007.342
A vencer de 31 à 180 dias	–	207.589
	4.767.020	**3.220.184**

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

10. Arrendamento a pagar:	**2022**	**2021**
Arrendamento a pagar (a)	**285.185**	**429.796**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**429.796**	**–**
Novo Contrato	–	528.980
Principal Pago	(119.397)	(99.184)
Juros Pago	(12.847)	–
Juros Incorridos	(12.367)	–
Movimentações do exercício	**(144.611)**	**(99.184)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**285.185**	**429.796**
Circulante	**123.852**	**132.245**
Não circulante	**161.333**	**297.551**
Compromissos futuros	**31/12/2022**	**31/12/2021**
2022	**–**	144.612
2023	123.852	123.852
2024	128.473	128.472
2025	32.860	32.860
	285.185	**483.520**

Refere-se a contrato de arrendamento firmado em 2021 registrado pelo Instituto em atendimento ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente pelo atendimento ao item 63c, que determina que o prazo do arrendamento deve ser equivalente à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo se a propriedade não for transferida. No caso do Instituto, a vida útil econômica foi estimada em 60 meses e o contrato de locação possui vigência de 48 meses. (a) O contrato refere-se a aparelhos de informática (servidores) a ser pago em 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R$ 11.020. A taxa de juros utilizadas no fluxo de pagamentos futuros é de 15,78%.

11. Obrigações trabalhistas:	**2022**	**2021**
Provisão para férias e encargos sobre férias	1.872.160	1.630.303
Salários e ordenados a pagar	144.125	148.471
Contribuições e encargos sociais	652.777	433.638
	2.669.062	**2.212.412**

12. Obrigações tributárias de terceiros:	**2022**	**2021**
PIS/COFINS/CSLL	190.435	140.288
INSS pessoa jurídica	13.666	14.748
INSS pessoa física	7.275	–
IRRF	18.088	20.435
IRRF Autonômo	11.541	–
ISS	49.379	7.835
	290.384	**183.306**

13. Provisão para demandas judiciais:	**2022**	**2021**
Provisão para demandas judiciais	**381.354**	**401.073**

O Instituto é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	**Adições**	**Reversões**	**2022 Pagamentos**	**Saldo em 31/12/2022**
Cíveis	246.635	36.202	–	–	282.837
Trabalhistas	154.438	53.263	(5.850)	(103.335)	98.516
	401.073	**89.465**	**(5.851)**	**(103.334)**	**381.353**

	Saldo em 31/12/2020	**Adições**	**Reversões**	**2021 Pagamentos**	**Saldo em 31/12/2021**
Cíveis	211.715	34.920	–	–	246.635
Trabalhistas	365.761	130.351	(146.674)	(195.000)	154.438
	577.476	**165.271**	**(146.674)**	**(195.000)**	**401.073**

Em 2022 a Unidade está envolvida em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações no montante de natureza trabalhista de R$ 305.616 e com registros possíveis de perda. Em 2021 não foram classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados.

14. Subvenção de bens a apropriar - imobilizado:	**2022**	**2021**
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	**2.051.392**	**2.785.377**

		Movimento de 2022			
	Saldo em 31/12/2021	**Total de aquisições**	**Total de baixas**	**Depreciação Acumulada**	**Saldo em 31/12/2022**
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	2.785.377	222.215	–	(956.200)	2.051.392

		Movimento de 2021			
	Saldo em 31/12/2020	**Total de aquisições**	**Total de baixas**	**Depreciação Acumulada**	**Saldo em 31/12/2021**
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	3.713.910	24.784	–	(953.317)	2.785.377

As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8.**15. Patrimônio líquido:** Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho de administração e conselho fiscal. Foi apurado em 2022 o custo dos conselheiros com trabalho voluntário de R$ 15.212 e em 2021 R$ 14.342.

16. Recursos dos contratos de gestão - Estadual:	**2022**	**2021**
Receitas com contrato de gestão Estadual - Hospital Regional de Jundiaí (a)	67.584.468	58.327.777
Receita com Subvenção de Imobilizado	956.198	953.312
	68.540.666	**59.281.089**

(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5.

17. Receitas com doações:	**2022**	**2021**
Receita com isenção água (a)	573.057	428.711
Outras receitas com doações em material e equipamentos (b)	303.644	202.000
	876.701	**630.711**

(a) A unidade recebeu da DAE S/A Água e Esgoto de Jundiaí o benefício da isenção da tarifa para água e esgotos. (b) Refere-se a doações recebidas de diversos fornecedores e mantenedor.

18. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:	**2022**	**2021**
Serviços médicos	(23.040.640)	(15.961.675)
Pessoal e encargos	(21.769.577)	(19.732.068)
Medicamentos e materiais	(6.026.755)	(6.093.188)
Materiais de consumo	(4.243.312)	(2.475.393)
Nutrição	(2.341.154)	(2.574.574)
Higiene e limpeza	(2.212.843)	(2.304.357)
Lavandeira e rouparia	(761.059)	(346.187)
	(60.395.340)	**(49.487.442)**

19. Utilidade pública:	**2022**	**2021**
Energia elétrica	(901.428)	(935.961)
Água	(573.057)	(416.926)
Telecomunicações	(125.091)	(127.365)
Gás natural	(198.163)	(167.306)
Combustíveis e lubrificantes	(13.560)	(13.377)
	(1.811.299)	**(1.660.935)**

20. Serviços profissionais:	**2022**	**2021**
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(2.921.387)	(2.664.338)
Suporte em infraestrutura de TI	(983.943)	(776.011)
Manutenção e conservação	(957.235)	(977.343)
Consultoria e assessoria	(58.347)	(56.463)
Outros	(36.845)	(30.863)
	(4.957.757)	**(4.505.018)**

(a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto para a unidade de acordo com o termo de cooperação.

21. Outras despesas/receitas operacionais:	**2022**	**2021**
Locação de equipamentos	(1.533.945)	(1.329.898)
Arquivo e guarda de documentos	(90.148)	(137.243)
Uniformes/E.P.I.	(66.527)	(36.706)
Despesas legais/fiscais/parafiscais	(10.015)	(9.940)
Outras despesas/receitas operacionais	132.897	(535.718)
Outras despesas/receitas operacionais	**(1.567.738)**	**(2.049.505)**

22. Resultado financeiro:	**2022**	**2021**
Receita de aplicações financeiras	1.153.505	364.135
Descontos obtidos	187.521	2.836
Receitas financeiras	**1.341.026**	**366.971**
Variações Monetárias Passivas	(51.835)	(23.930)
Outras despesas financeiras	(16.803)	(14.252)
Juros incorridos	(13.932)	(8)
Despesas financeiras	**(82.570)**	**(38.190)**
Resultado financeiro, líquido	**1.258.456**	**328.781**

23. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021), o Instituto está sujeito aos fatores de: **(i) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. ***Exposição ao risco de liquidez:*** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2022		**Fluxo de caixa contratuais**				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor Contábil**	**Total**	**6 meses ou Menos**	**06 a 12 meses**	**1 - 2 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	5.021.199	5.021.199	5.021.199	–	–	–
Arrendamento a pagar	226.453	226.453	50.323	50.323	125.807	–
Outras Contas a Pagar	11.610	11.610	11.610	–	–	–
Total	**5.259.262**	**5.259.262**	**5.083.132**	**50.323**	**125.807**	**–**

31/12/2021		**Fluxo de caixa contratuais**				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor Contábil**	**Total**	**6 meses ou Menos**	**06 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	3.220.184	3.220.184	3.220.184	–	–	–
Arrendamento a pagar	429.796	429.796	429.796			
Outras Contas a Pagar	1.140	1.140	1.140	–	–	–
Total	**3.651.120**	**3.651.120**	**3.651.120**	–	–	–

(ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. ***Exposição a riscos de crédito:*** A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	Nota	**2022**	**2021**
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	8.459.252	6.000.560
Créditos diversos		489.567	247.824
Total		**8.948.819**	**6.248.384**

24. Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. ***PIS e COFINS:*** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP. ***ISS sobre a receita (ISSQN):*** O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura de Jundiaí através do processo administrativo nº 587-8/2022-1, para o exercício de 2022. ***Renúncia fiscal:*** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2021 e de 2020. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; • ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos). O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora existe orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CODELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

continua→★

→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras "carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade Hospital Regional de Jundiaí

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receita dos contratos de gestão - Estadual	**68.540.666**	**59.281.093**
ISS 2%	1.370.813	1.185.622
PIS 0,65%	445.514	385.327
COFINS 3%	2.056.220	1.778.433
	3.872.547	**3.349.382**
Superávit do exercício	619.933	1.590.667
IRPJ e CSLL 34%	**210.777**	**540.827**
Receita com doações	876.701	630.711
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)	**35.068**	**25.228**
Total das estimativas e príncipais renúncias	**4.118.392**	**3.915.437**

25. Isenção de INSS cota patronal: Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP) com vencimento do certificado em 20 de setembro de 2021. Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Em 15/09/2021 ingressamos com o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde conforme Processo de renovação SEI nº 25000.138728/2021-77 Ofício nº 1507/2021/CGCER/DCEBAS/SAES/MS. Até a publicação deste Relatório de Auditoria não tivemos retorno ante a petição. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2022 e 2021 e as respectivas alíquotas, ressaltando que se tratam de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	2022	2021
Pessoal e encargos	21.769.577	19.732.067
Total da estimativa de isenção (Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)	**5.912.617**	**5.359.229**

Maria Angela Atallah Presidente do conselho de administração do Instituto	**Mario Sergio Cutait** Membro do conselho de administração do Instituto	**Carolina Lastra** Diretora Executiva	**Cláudio Augusto Generoso** Gerente Financeiro e Contábil	**Rildo Ancigan de Siqueira** Contador - CRC 1PE020957/O-0 'T' SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos Conselheiros e Diretores do **Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor do Hospital Regional de Jundiaí -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Hospital Regional de Jundiaí ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Regional de Jundiaí em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração dos demonstrativos e restrição sobre distribuição e uso:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 2 que descreve a base elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela diretoria do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, os demonstrativos podem não ser adequados para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Hospital Regional de Jundiaí e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 13 de abril de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras "carve-out". **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras "carve-out":** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve out", a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador - CRC-SP292795/O

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2023

Processo Origem nº SPDOC 2131251/2018

Processo 2023 nº SES-PRC-2021/52570

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Contratada: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE, PARA REGULAMENTAR O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES "ELIANA NATALINA ZONTA MERLI GIANTOMASSI" – AME CASA BRANCA.

CNPJ: 47.969.134/0001-89

Objeto: desconto de recurso de custeio em virtude da não utilização na totalidade dos recursos repassados no TA 04/22 para fins de rescisões contratuais e ajuste do Item II.5 do Anexo Técnico I, no AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES "ELIANA NATALINA ZONTA MERLI GIANTOMASSI" – AME CASA BRANCA.

Valor: Será feito o desconto na importância de R$ 14.567,48 (quatorze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos) no mês de maio, referente a recurso de custeio.

Que onerará:

UGE: 090192

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 10 302 0930 4852 0000

NATUREZA DA DESPESA 2022: 33 50 85

FONTE DE RECURSOS: Fundo Estadual de Saúde – Lei 141/12

DATA DE ASSINATURA: 14/04/2023

Prodesp